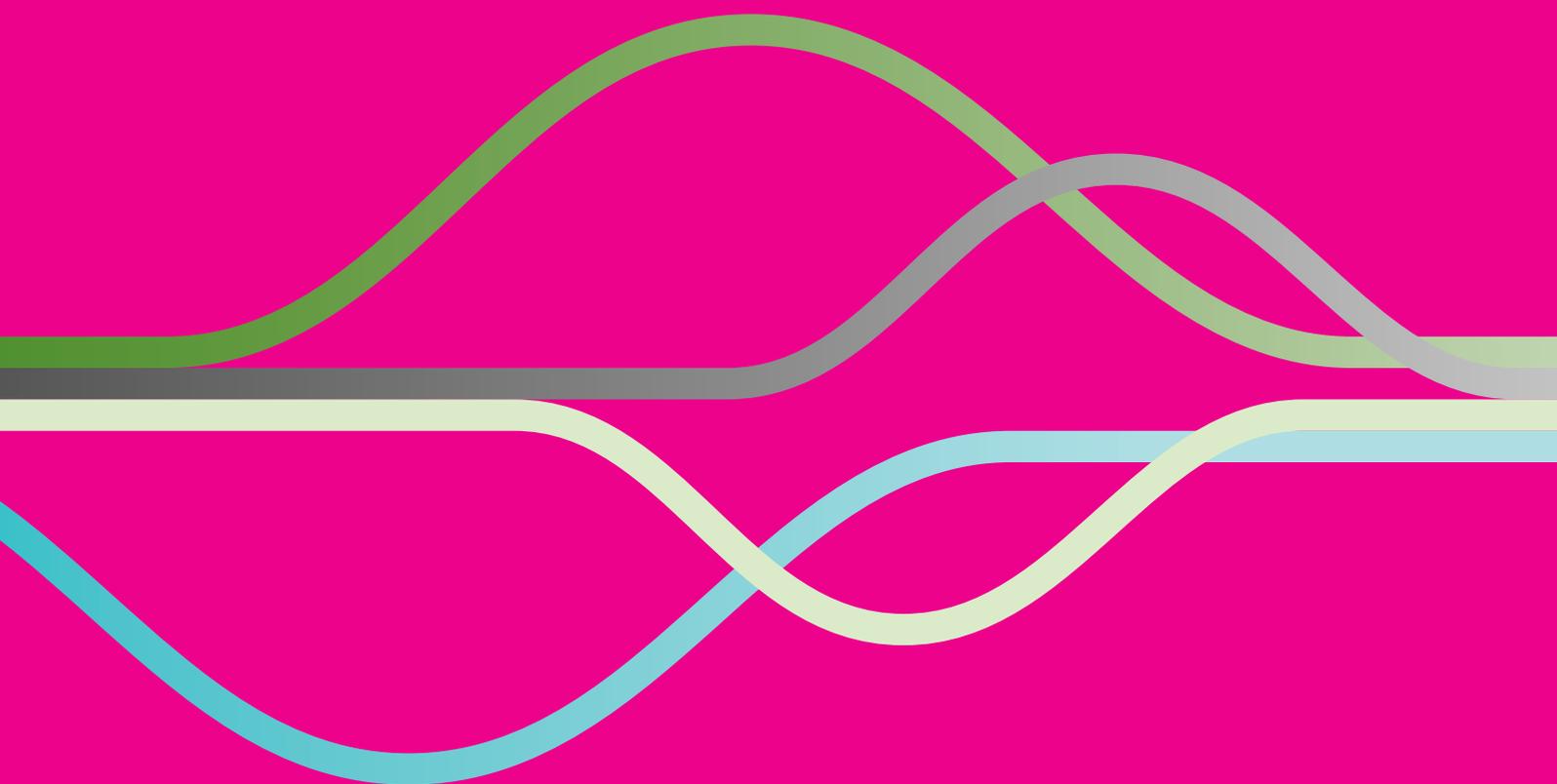


CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **27**

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2015*



ccdrc

comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 14** Turismo
- 15** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

27

Boletim trimestral

*Informação reportada ao
segundo trimestre de 2015*

FICHA TÉCNICA

Editor
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição
Setembro de 2015

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdr.pt

Alguns dados da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdr.pt>



O Produto Interno Bruto nacional cresceu 1,5%, em termos homólogos, para o qual contribuiu o acréscimo da procura interna. Também as exportações e as importações de bens e serviços aumentaram neste trimestre. Mantiveram-se os sinais de retoma do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego nacional a fixar-se em 11,9% (a mais baixa desde o início de 2011). Já o nível geral de preços aumentou.

Na Região Centro, o mercado de trabalho registou uma recuperação face aos ligeiros aumentos da taxa de desemprego nos trimestres anteriores. A par da diminuição da taxa de desemprego (que é agora de 8,5%), aumentaram os valores regionais da população ativa e empregada, face ao trimestre anterior. A taxa de emprego aumentou para 54,4%, refletindo um volume de 1.068,5 mil empregados na região. O Centro é assim a região com menor taxa de desemprego e maior taxa de emprego no país.

Ao nível do setor empresarial continuaram evidentes as dificuldades financeiras que se têm traduzido sistematicamente no aumento do grau de incumprimento e na diminuição dos empréstimos bancários obtidos. No entanto, verificou-se uma dinâmica positiva das empresas e dos empresários, assistindo-se a um aumento de novas empresas constituídas e a uma diminuição das ações de insolvência. O ramo da construção continuou a tendência recessiva que tem marcado os últimos anos, tendo-se observado a deterioração de quase todos os indicadores quer de licenciamento como de obras concluídas. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, observou-se um crescimento homólogo das exportações e das importações de bens.

Até ao junho de 2015, estavam aprovados 6,5 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para cofinanciar projetos com um investimento previsto na região de 10,7 milhões de euros. No Programa Operacional Regional Mais Centro, a aprovação de 4.400 projetos envolvia uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete uma gestão de *overbooking*. A taxa de execução do Mais Centro era, nesta data, de 89,3%.

Simultaneamente, foram já apresentadas ao Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, 1.136 candidaturas até ao final de junho de 2015. Já abriram até esta data, 22 concursos, envolvendo um total de 625 milhões de euros de fundos comunitários (cerca de 29% da dotação total, que é de 2.155 milhões de euros).

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto nacional registou um aumento de 1,5%, em termos homólogos, para o qual muito contribuiu o crescimento da procura interna. Também as exportações e as importações de bens e serviços aumentaram, neste trimestre. Mantiveram-se os sinais de retoma do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego nacional a fixar-se em 11,9% (a mais baixa desde o início de 2011). Já o nível geral de preços aumentou.

1,5%
foi o crescimento
homólogo do PIB e

7,8%
o aumento das
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013
PIB ¹	v. h. (%)	1,5	1,5	0,6	1,2	0,9	0,9	-1,6
Procura interna	v. h. (%)	3,4	1,8	1,6	2,3	1,6	2,1	-2,5
Consumo das famílias	v. h. (%)	3,4	2,5	2,0	2,8	1,8	2,2	-1,5
Taxa de investimento	%	16,2	16,4	15,4	15,7	15,3	15,7	15,0
Exportações	v. h. (%)	7,8	6,6	4,9	2,9	2,0	3,3	6,4
Importações	v. h. (%)	12,3	7,1	7,4	5,4	3,9	6,4	3,9
VAB	v. h. (%)	1,2	1,0	0,3	0,9	0,9	0,7	-1,2
Taxa de desemprego	%	11,9	13,7	13,5	13,1	13,9	13,9	16,2
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,7	-0,1	-0,1	-0,5	-0,3	-0,3	0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-20,0	-19,2	-22,4	-24,6	-27,6	-26,3	-48,7
Indicador de clima económico	%	1,1	0,4	0,4	0,5	0,1	0,1	-2,5
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,105	1,127	1,249	1,325	1,371	1,329	1,328
	v. h. (%)	-19,4	-17,7	-8,2	0,0	4,9	0,1	3,3

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

O Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu 1,5% em volume face ao trimestre homólogo², segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao segundo trimestre de 2015, mantendo-se assim inalterada a taxa de variação registada no trimestre anterior. Para este crescimento foi importante a aceleração da procura interna.

A procura interna aumentou 3,4%, o que corresponde a um acréscimo de 1,6 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre anterior. Este aumento mais acentuado da procura interna deveu-se à evolução das suas três componentes: consumo privado, consumo público e investimento. As despesas de consumo final das famílias cresceram também 3,4% e o investimento 7% (apesar da taxa de investimento, calculada como o peso do investimento no PIB, ter diminuído ligeiramente), refletindo uma melhoria face ao trimestre homólogo.

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁵ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

No que respeita à procura externa, as exportações de bens e serviços registaram o maior aumento homólogo desde o final de 2013 (7,8%), em resultado da aceleração das exportações quer de bens como de serviços, que cresceram 8,2% e 6,8%, respetivamente. O aumento das importações de bens e serviços foi o mais significativo dos últimos cinco anos (12,3%), o que foi resultado do crescimento das importações de bens (12,5%) já que as de serviços cresceram menos do que nos dois trimestres anteriores.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma variação homóloga positiva, sendo a mais significativa desde o final de 2010 (1,2%). Pelo segundo trimestre consecutivo, o VAB do ramo da “construção” registou uma variação homóloga positiva (1,5%). Também o VAB da “indústria” cresceu, registando um acréscimo homólogo de 2,6%. Apenas o VAB dos ramos “energia, água e saneamento” e “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” decresceram em termos homólogos, neste trimestre.

O mercado de trabalho nacional tem evidenciado nos últimos dois anos alguns sinais de recuperação. Neste trimestre, a taxa de desemprego foi a mais baixa desde o início de 2011 (11,9%, ou seja, menos 1,8 p.p. do que no trimestre anterior e menos 2,0 p.p. do que no homólogo). A população desempregada estimada era de 620,4 mil indivíduos, o que reflete uma diminuição trimestral de 92,5 mil indivíduos e uma redução homóloga mais expressiva de 108,5 mil desempregados.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um aumento homólogo (0,7%), após sucessivos decréscimos desde o terceiro trimestre de 2013. As classes que contribuíram para esta diminuição dos preços foram “vestuário e calçado”; “lazer, recreação e cultura”; “transportes” e “bens e serviços diversos”. As restantes oito classes de bens do IPC registaram aumentos do nível dos preços, destacando-se com maiores crescimentos a das “bebidas alcoólicas e tabaco” e “comunicações”, o que já acontecia no trimestre anterior.

As expectativas dos consumidores eram menos negativas do que no período homólogo mas aumentaram ligeiramente face ao trimestre anterior, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores³. Já a confiança dos empresários continuou positiva e melhorou, segundo o indicador de clima económico⁴ do INE.

Por último, a taxa de câmbio⁵ do euro face ao dólar (USD/Euro) voltou a cair de forma significativa face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma desvalorização do euro, o que se traduz numa diminuição do valor das exportações nacionais nos mercados extracomunitários (dado que igual quantidade de bens exportados tem agora um preço mais reduzido).

MERCADO DE TRABALHO

No segundo trimestre de 2015, o mercado de trabalho regional mostrou sinais de recuperação com o aumento da população empregada e a diminuição do desemprego. No entanto, a população ativa continuou a registar quebras homólogas e os custos do trabalho a aumentar.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁶ do Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2015, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ era de 59,5% na Região Centro, tendo diminuído ligeiramente face ao trimestre homólogo e aumentado face ao trimestre anterior. Este valor era superior à média nacional (58,6%). A taxa de atividade dos homens foi de 65,5%, mantendo-se, como habitualmente, superior à das mulheres (54,1%).

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro era de 1.168,0 mil indivíduos, tendo ocorrido um ligeiro decréscimo face ao mesmo período do ano anterior (-0,6%). Também o número de inativos⁹ foi inferior ao do trimestre homólogo (-0,9%), tendo esta evolução sido induzida pelos domésticos e outros inativos e contrariada pelos estudantes e reformados.

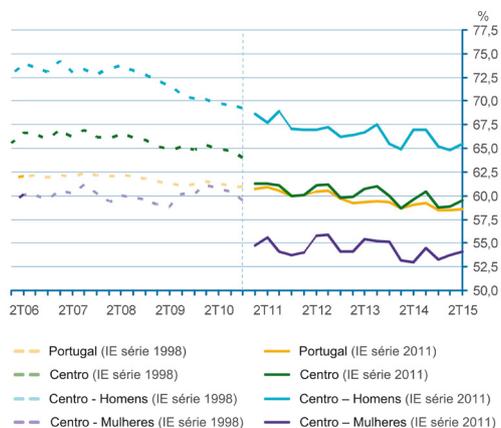
8,5%

foi a taxa de
desemprego regional

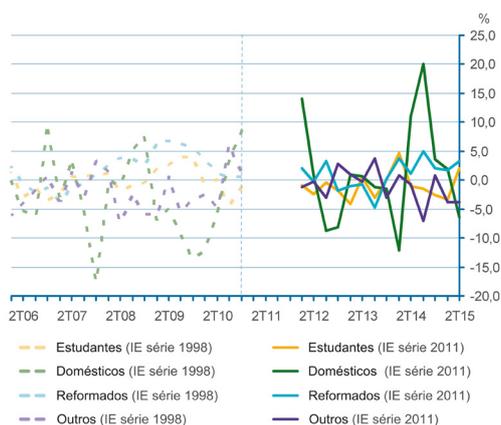
1,5%

foi o crescimento homólogo
do emprego na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



⁶ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁷ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013	
		média trimestral							
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	58,6	58,5	58,5	59,2	59,0	58,9	59,3	
Centro	%	59,5	58,9	58,8	60,4	59,6	59,4	60,4	
	v. h. (p.p.)	-0,1	0,2	-1,2	-0,6	-1,1	-1,0	-0,9	
População ativa – Centro	milhares	1.168,0	1.158,0	1.157,9	1.189,6	1.175,0	1.174,2	1.196,1	
	v. h. (%)	-0,6	-0,1	-2,4	-1,5	-2,3	-1,8	-0,8	
População inativa – Centro	milhares	1.087,3	1.101,2	1.106,3	1.078,6	1.096,9	1.093,9	1.092,0	
	v. h. (%)	-0,9	-1,4	0,9	0,0	0,9	0,2	-0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	183,9	179,6	173,2	160,4	180,2	171,3	175,0	
	v. h. (%)	2,1	-3,3	-2,5	-1,5	-1,0	-2,1	-1,6	
Domésticos	milhares	100,8	101,4	102,5	109,8	107,8	106,7	100,2	
	v. h. (%)	-6,5	1,8	3,6	20,0	11,0	6,5	-0,2	
Reformados	milhares	361,5	373,4	369,6	365,8	350,3	361,9	352,7	
	v. h. (%)	3,2	1,7	2,1	5,0	1,2	2,6	-1,6	
Outros	milhares	441,0	446,8	461,0	442,6	458,5	454,0	464,1	
	v. h. (%)	-3,8	-3,8	0,8	-7,1	-0,7	-2,2	0,3	

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

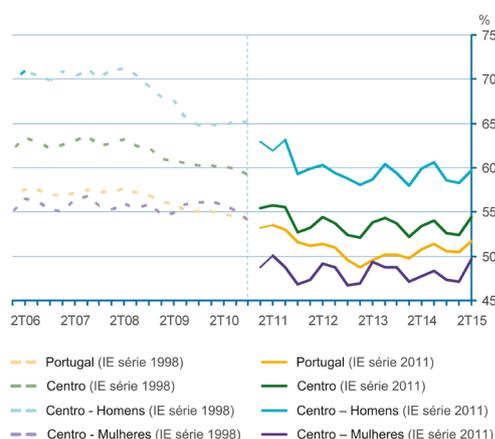
¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no segundo trimestre de 2015, foi de 54,4%, valor acima do registado no trimestre homólogo e superior à média do país (51,7%).

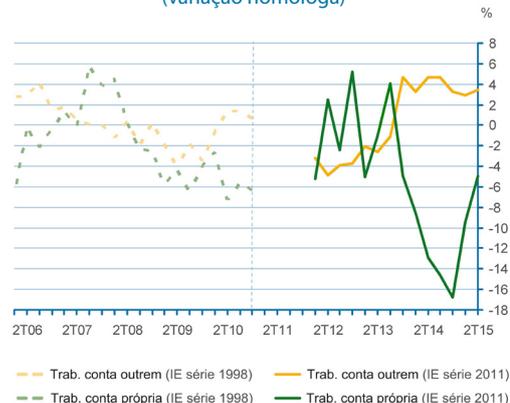
Neste trimestre, estavam empregados na região 1.068,5 mil indivíduos, mais 1,5% do que no mesmo período do ano anterior. Para esta evolução, foi determinante o aumento das mulheres empregadas, do emprego em todos os escalões etários e dos empregados nos setores da indústria, construção, energia e água e dos serviços.

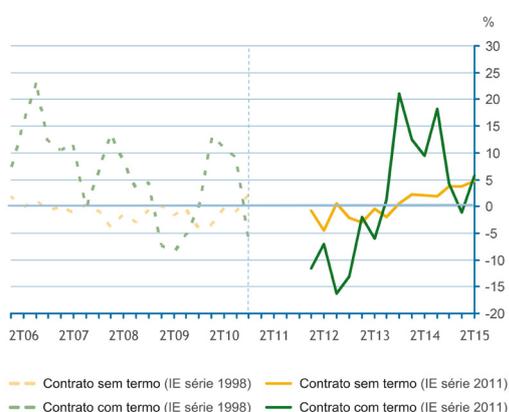
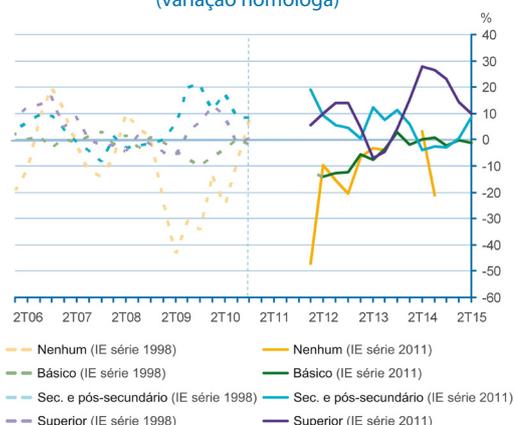
O aumento homólogo do emprego ficou ainda a dever-se ao crescimento dos trabalhadores por conta de outrem (3,5%), uma vez que os trabalhadores por conta própria diminuiram (-5,0%). Para esta retração dos trabalhadores por conta própria apenas contribuíram os trabalhadores isolados (-8,0%), já que os empregadores aumentaram (7,6%). Por sua vez, o aumento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem resultou do acréscimo dos contratos sem termo (4,7%) e com termo (5,7%), do trabalho a tempo completo (4,3%) e dos trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário (8,6%) e superior (9,8%).

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão¹² (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹³

Quadro 3 – Emprego		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	51,7	50,5	50,6	51,4	50,8	50,7	49,7	
Centro	%	54,4	52,4	52,6	54,0	53,4	53,0	53,5	
	v. h. (p.p.)	1,0	0,2	-1,1	-0,3	-0,4	-0,5	0,1	
População empregada – Centro		milhares	1.068,5	1.029,6	1.034,4	1.064,5	1.053,2	1.045,8	1.059,2
	v. h. (%)	1,5	-0,1	-2,5	-1,0	-1,2	-1,3	-0,5	
Homens	v. h. (%)	-0,8	0,0	-2,1	-0,6	1,2	-0,6	-1,5	
Mulheres	v. h. (%)	4,0	-0,3	-3,0	-1,4	-3,7	-1,9	0,6	
15 - 24 anos	v. h. (%)	4,5	1,4	3,5	7,0	-4,3	0,6	2,5	
25 - 44 anos	v. h. (%)	0,8	-0,7	-2,1	-1,3	3,6	0,5	-1,7	
45 anos ou mais	v. h. (%)	1,8	0,2	-3,5	-1,5	-4,9	-3,1	0,3	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-11,2	-8,3	-20,6	-14,8	-16,0	-16,6	-4,5	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	3,9	8,6	9,7	11,0	7,9	8,2	-6,2	
Serviços	v. h. (%)	3,7	-2,1	-2,8	-1,9	-0,4	-0,8	3,3	
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	802,9	779,3	787,4	787,9	776,0	777,0	747,3
	v. h. (%)	3,5	3,0	3,2	4,7	4,7	4,0	-0,3	
Contratos sem termo	v. h. (%)	4,7	3,7	3,8	1,9	2,1	2,5	-1,2	
Contratos com termo	v. h. (%)	5,7	-1,1	4,2	18,3	9,5	11,0	3,0	
Tempo completo	v. h. (%)	4,3	3,4	4,1	5,8	5,3	4,7	-0,2	
Tempo parcial	v. h. (%)	-6,2	-2,1	-5,8	-6,9	-2,4	-3,6	-1,9	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	-21,0	3,3	-7,9	-11,9	
Básico	v. h. (%)	-1,3	-0,1	-2,2	0,7	0,2	-0,8	-3,6	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	8,6	0,4	-2,8	-2,5	-3,8	-0,9	7,8	
Superior	v. h. (%)	9,8	14,4	23,0	26,4	28,0	23,1	-0,9	
Trabalhadores por conta própria		milhares	258,6	243,1	242,8	268,6	272,1	262,9	302,9
	v. h. (%)	-5,0	-9,4	-16,8	-14,6	-12,9	-13,2	-1,8	
Isolados	v. h. (%)	-8,0	-10,0	-15,3	-15,0	-13,1	-13,4	-1,9	
Empregadores	v. h. (%)	7,6	-7,4	-21,9	-13,1	-12,4	-12,5	-1,4	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

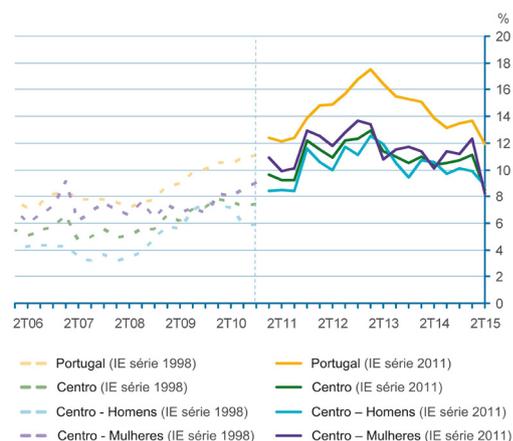
No segundo trimestre de 2015, a taxa de desemprego¹⁴ regional diminuiu significativamente face ao trimestre homólogo e ao trimestre anterior, fixando-se em 8,5%. Este valor manteve-se aquém da média nacional de 11,9% e como o mais baixo das sete regiões portuguesas. A taxa de desemprego dos homens superou a das mulheres (8,8% contra 8,2%), o que já não sucedia há um ano, e o escalão etário dos 15 aos 24 anos manteve-se como o mais afetado, com a taxa de desemprego jovem a atingir os 24,8%. No entanto, estas taxas bem como as restantes analisadas registaram valores inferiores aos do trimestre homólogo e do trimestre anterior.

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

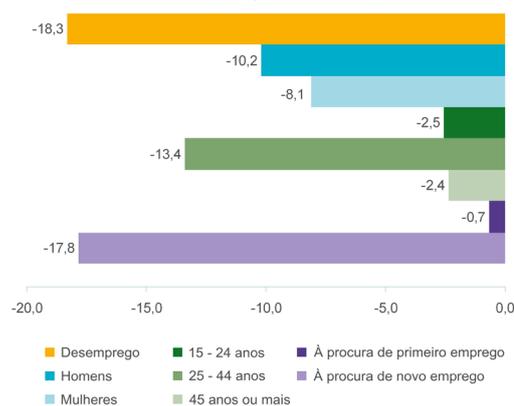
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 99,5 mil indivíduos, o que corresponde ao mais baixo valor desde o início desta nova série em 2011 e traduz um decréscimo homólogo de 18,3%. Todas as categorias de desempregados analisadas conheceram quebras homólogas relevantes neste trimestre, sendo de assinalar a diminuição dos desempregados dos 25 aos 44 anos (-26,4%), dos desempregados de longa duração (-23,0%), que nos últimos quatro trimestres tinham vindo sempre a aumentar, e dos desempregados à procura de novo emprego (-20,2%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	11,9	13,7	13,5	13,1	13,9	13,9	16,2
	%	8,5	11,1	10,7	10,5	10,4	10,6	11,4
Centro	v. h. (p.p.)	-1,9	0,1	0,2	-0,5	-1,0	-0,8	-0,3
Homens	%	8,8	9,9	10,1	9,7	10,6	10,3	11,1
Mulheres	%	8,2	12,3	11,2	11,4	10,1	11,0	11,8
15 - 24 anos	%	24,8	29,8	25,8	28,8	28,8	28,2	31,6
25 - 44 anos	%	8,6	12,4	11,9	12,4	11,4	12,0	13,2
45 anos ou mais	%	6,4	7,4	7,4	6,0	7,0	6,9	7,1
População desempregada – Centro	milhares	99,5	128,3	123,5	125,1	121,8	124,5	145,5
	v. h. (%)	-18,3	0,5	-0,9	-5,5	-11,2	-14,4	-3,9
Homens	v. h. (%)	-19,0	-7,6	6,1	-9,5	-11,7	-16,0	0,8
Mulheres	v. h. (%)	-17,6	8,8	-7,0	-1,4	-10,6	-12,7	-8,6
15 - 24 anos	v. h. (%)	-15,1	2,9	-13,2	-11,8	-8,1	-14,4	-17,8
25 - 44 anos	v. h. (%)	-26,4	-0,8	2,8	-0,6	-18,3	-9,3	-1,4
45 anos ou mais	v. h. (%)	-7,3	1,2	0,5	-9,5	0,5	-5,4	5,1
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-5,5	-19,1	20,2	-7,0	5,1	3,7	-11,9
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-20,2	3,7	-3,3	-5,2	-13,0	-10,8	-1,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-9,5	-13,7	-6,4	-16,3	-30,5	-18,7	-16,5
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-23,0	11,5	2,8	2,6	4,2	-1,8	10,2

¹⁵ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro cifrou-se nos 778 euros, o que corresponde a um aumento de 1,8% em termos homólogos reais. Apesar deste acréscimo ter sido superior ao registado no país (0,9%), o salário médio da região continua abaixo da média nacional de 825 euros.

O índice de custo do trabalho¹⁵ aumentou em termos homólogos reais na Região Centro (2,9%) e no país (1,6%), mas a um ritmo inferior ao do trimestre anterior. Para esta evolução regional contribuiu tanto a componente dos custos salariais (3,2%), como dos custos não salariais, onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social (1,9%).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	825	824	818	818	812	813	808
	v. h. real (%)	0,9	2,8	1,2	1,7	1,3	0,9	-0,9
Centro	€	778	761	762	759	759	756	754
	v. h. real (%)	1,8	2,2	2,3	-0,3	1,0	0,5	-1,2
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	1,6	4,4	-3,3	-1,1	-1,4	-0,7	-1,2
	v. h. real (%)	2,9	6,1	-2,2	-1,3	-2,4	-0,9	-1,2

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTRADO

No segundo trimestre de 2015, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir. Em simultâneo, observou-se um aumento homólogo das colocações do IEFP e dos novos desempregados.

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam a 98 mil (o valor mais baixo desde o terceiro trimestre de 2011), refletindo uma diminuição de 13,6% face a igual período do ano anterior.

Para este desempenho contribuiu o crescimento homólogo das colocações efetuadas pelo IEFP (18,9%), registando-se, em média, cerca de 118 colocações por dia, ou seja, mais 19 colocações diárias do que em igual período do ano anterior.

Já os novos desempregados inscritos nos centros de emprego aumentaram 5,3% em termos homólogos, facto que já não sucedia desde o quarto trimestre de 2013. Em média, neste trimestre, existiam, por dia, 349 novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região, mais 19 do que em igual período do ano anterior.

-13,6%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que em igual período do ano anterior

19

colocações diárias a mais do que em igual período do ano anterior realizadas, em média, pelo IEFP

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	98,0	106,7	106,5	111,3	113,3	114,3	129,9
	v. h. (%)	-13,6	-15,4	-14,6	-13,0	-13,6	-12,0	6,1
Novos desempregados**	milhares	31,4	35,5	37,4	38,4	29,8	35,5	39,0
	v. h. (%)	5,3	-2,9	-8,7	-9,1	-10,6	-8,9	-1,4
Colocações do IEFP**	milhares	10,6	10,2	8,8	9,9	8,9	9,1	7,4
	v. h. (%)	18,9	14,6	20,1	9,9	25,6	22,8	39,8

* valores médios trimestrais

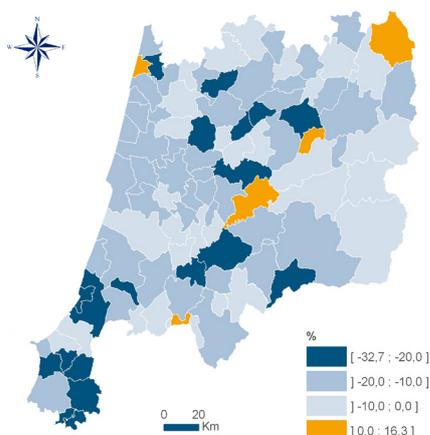
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando, a nível municipal, a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego da região, verifica-se que apenas em cinco municípios o número de desempregados aumentou: Pampilhosa da Serra (16,3%), Vila Nova da Barquinha (12,6%), Manteigas (6,7%), Figueira de Castelo Rodrigo (1,5%) e Murtosa (1,2%). Nos restantes 95 municípios verificou-se uma diminuição dos desempregados face a igual período do ano anterior. De destacar as expressivas reduções homólogas ocorridas em Vila Velha de Ródão (-32,7%), Nelas (-32,4%) e Carregal do Sal (-29,7%).

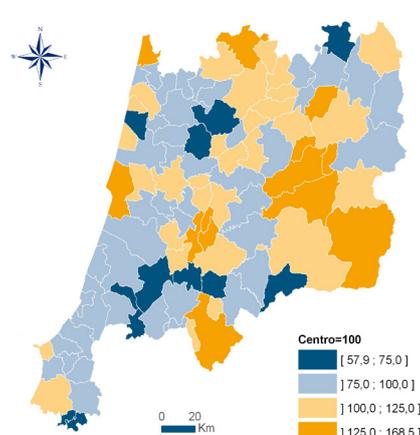
¹⁶ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEPF na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2013.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), neste trimestre, 57 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁶ inferiores a 100. O valor mínimo deste indicador ocorreu no município de Ferreira do Zêzere (57,9). Com índices bastante superiores à média regional (acima de 150), destacavam-se Castanheira de Pera (168,5), Figueiró dos Vinhos (165,7) e Manteigas (154,5).

Variação homóloga do desemprego registado no segundo trimestre de 2015



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2015¹⁶



EMPRESAS

18

empresas constituídas por dia, em média, na região

5

ações de insolvência por dia, em média, na região

No segundo trimestre de 2015, assistiu-se na Região Centro, face a igual período do ano anterior, ao aumento da constituição de empresas e à diminuição das ações de insolvência. Continuam, no entanto, a ser evidentes as dificuldades financeiras do setor empresarial traduzidas pelo aumento do grau de incumprimento das empresas e pela diminuição dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro.

Neste trimestre foram constituídas 1.646 empresas na Região Centro, o que corresponde a um aumento de 15,7% face a igual período do ano anterior, valor acima da média nacional (13,0%). Em termos médios, foram criadas 105 novas empresas por dia no país, das quais 18 tinham sede na Região Centro.

As ações de insolvência¹⁷ continuaram a diminuir em termos homólogos, mantendo-se a tendência de desaceleração face aos trimestres anteriores já evidenciada anteriormente. Esta diminuição foi mais expressiva na região (-6,8%) do que no país (-2,8%). Em média, neste trimestre, por dia, ocorreram 24 ações de insolvência em Portugal, das quais 5 eram relativas a empresas sediadas na Região Centro.

Os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de diminuição homóloga real verificada nos últimos anos, tendo a evolução regional de -1,6% sido, como vem sendo habitual, inferior à observada a nível nacional (-3,8%).

Quanto ao incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, verificou-se, na região, uma ligeira redução para os 12,5%, evolução que já não se verificava desde o quarto trimestre de 2013 e que contrariou a tendência nacional de aumento e de registo de novo máximo histórico (16,0%).

¹⁷ A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido

Quadro 7 – Empresas		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	9.441	11.672	8.705	7.696	8.352	8.772	8.648
	v. h. (%)	13,0	12,9	11,5	7,5	6,4	1,4	14,4
Centro	número	1.646	2.134	1.416	1.266	1.423	1.480	1.522
	v. h. (%)	15,7	17,5	10,1	0,6	1,5	-2,8	13,2
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	86.794	87.059	86.912	88.209	89.600	89.069	95.591
	v. h. real (%)	-3,8	-4,8	-5,6	-5,4	-7,8	-6,6	-7,2
Centro	milhões €	15.247	15.220	15.051	15.090	15.383	15.228	15.794
	v. h. real (%)	-1,6	-1,0	-2,2	-2,8	-3,9	-3,3	-5,9
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	16,0	15,6	15,0	14,9	14,4	14,6	12,7
Centro	%	12,5	12,6	12,2	12,2	12,1	12,1	11,4
Ações de insolvência								
Portugal	número	2.144	2.168	1.793	926	2.206	1.804	2.243
	v. h. (%)	-2,8	-5,4	-18,6	-51,8	-11,0	-19,6	5,5
Centro	número	428	417	330	172	459	352	466
	v. h. (%)	-6,8	-6,3	-26,8	-53,3	-16,4	-24,5	3,6

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No segundo trimestre de 2015, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, acompanhando a tendência do país e para os quais contribuíram ambos os mercados, intracomunitário e extracomunitário.

As saídas de bens registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁸, que foi menos expressivo na Região Centro (7,0%) do que no país (8,5%). Para esta evolução contribuíram ambos os mercados intra e extracomunitários, tendo, no entanto, o crescimento das saídas para países da União Europeia sido mais significativo (8,7% na região e 9,9% no país).

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em todos os grupos com exceção de dois: “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-54,1%) e “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (-22,8%). Estas duas secções, no segundo trimestre de 2015, representavam, em conjunto, cerca de 9% das saídas da região. Com a maior variação

7,0%

foi o crescimento
homólogo real das saídas
de bens da região e

11,2%

o das entradas de bens

¹⁸ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

¹⁹ As secções da Nomenclatura Combinada analisadas foram escolhidas em função dos montantes transacionados durante o ano de 2010, no que toca quer a saídas quer a entradas e encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

homóloga real, surgia a secção “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria”, cujo valor, neste trimestre, mais do que duplicou em termos homólogos reais, representando 11,7% das saídas da Região Centro.

Também nas entradas de bens foi visível um crescimento homólogo real, que na Região Centro ficou abaixo da média nacional (11,2% e 12,7%, respetivamente). Ambos os mercados contribuíram para esta evolução, tendo sido, na Região Centro, o crescimento do mercado extracomunitário o mais expressivo (21,3%).

Em termos dos grupos de produtos com maior importância nas entradas na região, apenas dois registaram variações reais homólogas negativas (os mesmos das saídas): “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (-72,8%) e “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (-2,8%). Estes grupos, juntos, representavam 13% do total das entradas na região deste trimestre. À semelhança do ocorrido nas saídas, foi também a secção “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” que se destacou com o maior acréscimo: o valor mais que quadruplicou face a igual período do ano anterior, passando a representar 11,4% das entradas de bens na região.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	13.078,8	12.168,0	12.489,4	11.807,1	12.173,6	12.044,3	11.825,7
	v. h. real (%)	8,5	7,1	5,9	2,6	0,1	2,9	5,6
Intracomunitárias	milhões €	9.495,1	8.933,4	8.652,8	8.288,9	8.726,7	8.540,1	8.316,9
	v. h. real (%)	9,9	8,4	4,8	3,4	2,2	3,7	4,5
Extracomunitárias	milhões €	3.583,6	3.234,6	3.836,5	3.518,2	3.446,9	3.504,2	3.508,8
	v. h. real (%)	5,0	3,7	8,4	0,8	-4,8	0,9	8,1
Centro	milhões €	2.507,9	2.395,6	2.374,5	2.200,6	2.365,5	2.308,9	2.227,7
	v. h. real (%)	7,0	7,6	6,5	3,1	2,8	4,7	4,2
Intracomunitárias	milhões €	1.962,0	1.882,9	1.761,4	1.654,3	1.822,0	1.752,6	1.675,3
	v. h. real (%)	8,7	9,5	7,6	4,3	4,2	5,7	3,5
Extracomunitárias	milhões €	545,8	512,7	613,0	546,2	543,5	556,3	552,4
	v. h. real (%)	1,4	1,1	3,3	-0,3	-1,5	1,7	6,4
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	15.872,9	14.215,8	15.188,8	14.760,7	14.567,2	14.713,5	14.253,2
	v. h. real (%)	12,7	4,9	5,3	5,2	4,2	6,1	3,6
Intracomunitárias	milhões €	11.874,0	11.066,9	11.567,5	10.803,9	10.809,7	10.994,7	10.265,2
	v. h. real (%)	13,6	8,4	5,9	9,2	8,4	10,1	4,4
Extracomunitárias	milhões €	3.999,0	3.148,9	3.621,3	3.956,8	3.757,5	3.718,8	3.988,0
	v. h. real (%)	10,1	-5,9	3,6	-4,5	-6,2	-4,1	1,6
Centro	milhões €	1.997,9	1.870,4	1.843,9	1.766,9	1.858,1	1.839,5	1.791,3
	v. h. real (%)	11,2	4,7	-0,9	4,9	4,1	5,6	7,8
Intracomunitárias	milhões €	1.663,0	1.560,8	1.585,7	1.472,1	1.572,6	1.553,7	1.537,8
	v. h. real (%)	9,4	4,2	-2,3	1,0	3,0	3,9	8,9
Extracomunitárias	milhões €	334,9	309,5	258,2	294,8	285,5	285,8	253,5
	v. h. real (%)	21,3	7,4	8,1	30,2	10,8	15,9	1,6

* Os valores de 2013 são definitivos, os de 2014 são provisórios e os de 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com nova informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

TURISMO

A Região Centro conseguiu captar, no segundo trimestre de 2015, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos face a igual período do ano anterior. Estes aumentos foram bastante acima das médias nacionais, mas inferiores aos registados nos trimestres anteriores.

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros regionais e nacionais acolheram mais hóspedes e registaram mais dormidas face ao período homólogo. Estes aumentos foram mais acentuados na região do que no país e um pouco mais significativos nos hóspedes do que nas dormidas. Ainda assim, a estada média na região manteve-se inalterada face a igual período do ano anterior: 1,7 noites na Região Centro e 2,8 noites em termos nacionais.

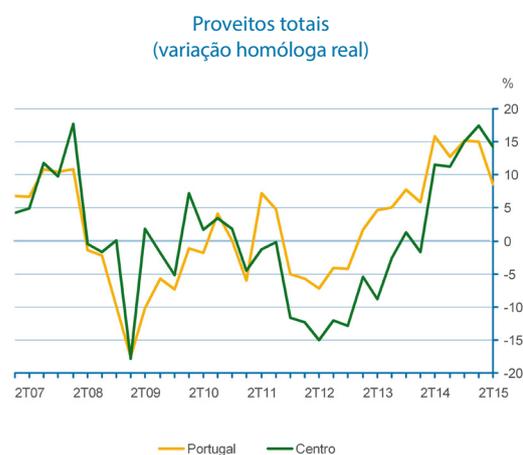
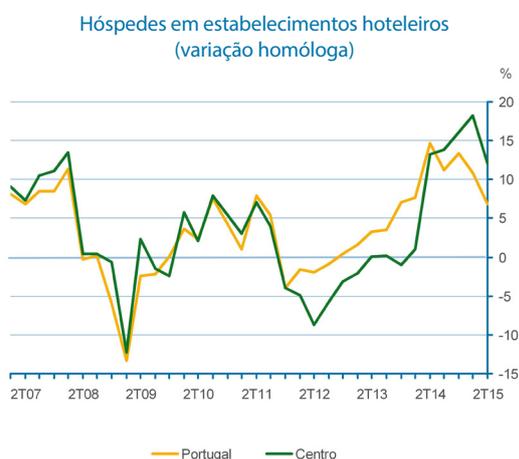
Também os estabelecimentos hoteleiros da região geraram mais proveitos, tendo ocorrido um aumento homólogo real de 14,2%, valor bastante acima da média nacional (8,6%). Determinante para esta evolução regional foi o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (em 11,3%), que representavam, neste trimestre, 66% dos proveitos totais.

12,0%

foi o crescimento homólogo dos hóspedes na região

14,2%

foi o crescimento real dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros face a igual período do ano anterior



Quadro 9 – Turismo*		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013	
		média trimestral							
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	4.909	2.797	3.339	5.646	4.594	4.026	3.593	
	v. h. (%)	6,9	10,8	13,4	11,2	14,6	12,0	3,8	
Centro	milhares	706	429	507,6	825	630	581	519	
	v. h. (%)	12,0	18,2	16,1	13,8	13,2	11,9	-0,5	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	13.512	1.182	8.658	18.037	12.960	11.530	10.392	
	v. h. (%)	4,3	9,9	13,2	9,7	14,5	11,0	4,8	
Centro	milhares	7.192	692	848	1.637	1.075	1.036	934	
	v. h. (%)	11,2	18,6	15,4	12,9	12,6	10,9	-0,9	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,8	2,6	2,6	3,2	2,8	2,9	2,9	
Centro	n.º noites	1,7	1,6	1,7	2,0	1,7	1,8	1,8	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	664.869	329.461	416.188	891.143	608.073	550.527	488.642	
	v. h. real (%)	8,6	15,0	15,1	12,7	15,8	13,0	5,0	
Centro	milhares €	51.031	29.568	38.899	68.446	44.353	44.228	40.320	
	v. h. real (%)	14,2	17,4	15,1	11,2	11,5	10,0	-3,9	

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2014 são provisórios. Os valores de 2015 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

-15,8%

foi o crescimento homólogo das construções novas licenciadas na região

-24,5%

foi a evolução homóloga regional das obras concluídas

O setor da construção manteve-se em recessão no segundo trimestre de 2015, tendo-se observado a deterioração de quase todos os indicadores de obras licenciadas e concluídas face ao trimestre homólogo. Apenas os novos fogos licenciados para habitação familiar e a avaliação bancária da habitação registaram uma evolução positiva.

Neste trimestre, foram licenciados na região 1.130 edifícios, novo mínimo histórico desde o início da série em 2006. O licenciamento de edifícios caiu 15,8% face ao trimestre homólogo (valor abaixo da média nacional) e o de construções novas caiu 4,4%. Apenas os novos fogos para habitação familiar licenciados conheceram um ligeiro aumento face ao período homólogo (0,4%), tendo, no entanto, este acréscimo ficado muito aquém dos registados nos dois trimestres anteriores.

Também os edifícios concluídos voltaram a diminuir significativamente na região (-24,5%), tendo sido concluídos neste trimestre 982 edifícios (novo mínimo). Esta tendência, também verificada a nível nacional, foi influenciada pela evolução das construções novas concluídas (-27,0%) e acompanhada pelos novos fogos concluídos para habitação familiar (-34,1%).

Também os empréstimos concedidos para habitação voltaram, neste trimestre, a assumir novos mínimos históricos, tendo diminuído em termos homólogos reais 4,0% na região e 4,2% no país. Simultaneamente, o crédito à habitação vencido continuou a aumentar face a igual período do ano anterior (4,0% na região e 2,9% no país, em termos reais), mantendo-se, no entanto, a tendência de desaceleração relativamente aos trimestres anteriores. Neste trimestre, o peso do crédito à habitação vencido no crédito à habitação concedido era de 2,6% na região e 2,9% no país.

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013	
		média trimestral							
Edifícios licenciados									
Portugal	número	3.656	3.907	3.789	3.755	3.985	3.865	4.078	
	v. h. (%)	-8,3	-0,6	-4,3	-6,3	-4,6	-5,2	-21,5	
Centro	número	1.130	1.175	1.243	1.287	1.342	1.316	1.440	
	v. h. (%)	-15,8	-15,6	-10,2	-9,9	-9,1	-8,6	-13,5	
Construções novas	número	745	754	790	752	779	776	806	
	v. h. (%)	-4,4	-3,6	4,4	-9,4	-7,0	-3,7	-12,6	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	0,4	14,6	15,1	-4,3	1,5	-1,3	-29,9	
Edifícios concluídos*									
Portugal	número	2.878	3.192	3.471	3.710	3.729	3.712	5.390	
	v. h. (%)	-22,8	-18,9	-24,6	-32,5	-30,6	-31,1	-16,9	
Centro	número	982	1.129	1.222	1.307	1.300	1.289	1.777	
	v. h. (%)	-24,5	-14,9	-21,6	-27,1	-27,4	-27,5	-14,9	
Construções novas	número	608	717	759	819	833	824	1.210	
	v. h. (%)	-27,0	-18,9	-26,0	-32,4	-31,3	-31,9	-20,3	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-34,1	-33,8	-43,4	-37,5	-41,2	-40,0	-36,0	
Empréstimos concedidos para habitação									
Portugal	v. h. real (%)	-4,2	-3,5	-3,5	-2,8	-3,1	-3,2	-3,9	
Centro	v. h. real (%)	-4,0	-3,4	-3,4	-2,8	-3,1	-3,2	-3,9	
Crédito à habitação vencido**									
Portugal	v. h. real (%)	2,9	3,9	8,1	13,4	13,7	11,1	4,9	
Centro	v. h. real (%)	4,0	5,1	5,4	15,8	10,7	9,4	2,1	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m ²	1.024,0	1.010,7	1.008,3	1.026,7	997,0	1.008,3	1.006,1	
	v. h. real (%)	2,0	1,0	-0,7	1,8	0,2	0,5	-3,5	
Centro	€/m ²	852,7	846,3	848,3	850,0	829,7	841,1	840,3	
	v. h. real (%)	2,0	1,3	0,3	1,1	-0,6	0,4	-4,8	

* Os valores de 2013 e 2014 foram revistos. Os valores de 2015 são dados provisórios estimados.

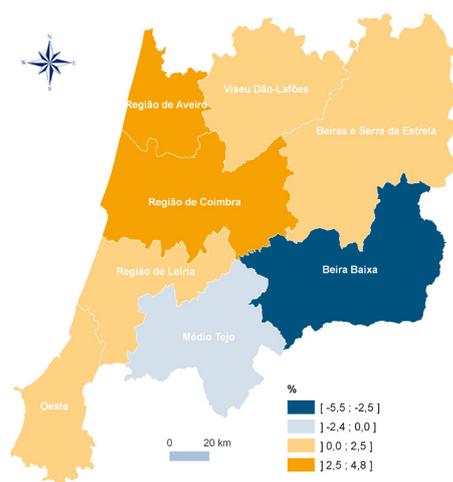
** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

A avaliação bancária da habitação aumentou na Região Centro (2,0%, em termos homólogos reais), sendo, neste trimestre, cada metro quadrado destinado a habitação, na região, avaliado em 852,7 euros pelas entidades bancárias.

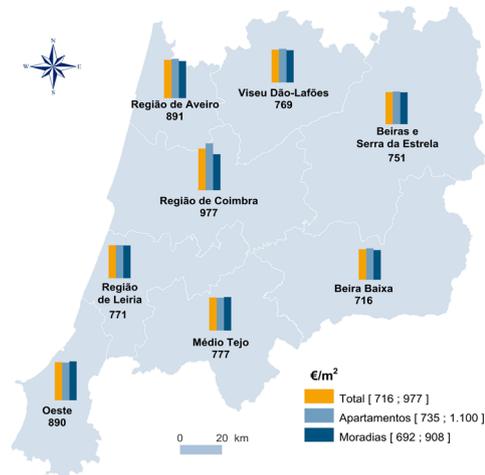
A nível sub-regional, seis das oito regiões NUTS III registaram variações homólogas reais positivas no valor médio da avaliação bancária, tendo o maior acréscimo ocorrido na Região de Coimbra (4,8%). A sub-região Beira Baixa foi a que registou o maior decréscimo homólogo real (-5,5%) neste trimestre.

Considerando as diferentes tipologias de habitação verificou-se que tanto a avaliação bancária dos apartamentos como das moradias aumentou em termos homólogos reais, neste trimestre, na região (3,5% e 0,5%, respetivamente). A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (977€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.100€/m²). Neste trimestre, no caso das moradias, o Oeste apresentava a valorização mais elevada (908€/m²), enquanto a Beira Baixa registava a menos elevada (692€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2015



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2015



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, invertendo a tendência dos últimos trimestres. No que respeita ao consumo privado, vários indicadores apontam no sentido da recuperação.

O nível médio de preços, avaliado pelo Índice de Preços no Consumidor, registou, neste trimestre, na região e no país, um aumento face ao período homólogo (0,5% e 0,7%, respetivamente), o que já não sucedia desde o terceiro trimestre de 2013. A maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência, destacando-se as “bebidas alcoólicas e tabaco” (4,6%), as comunicações (3,9%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (1,9%) com os maiores aumentos. Apenas três classes registaram variações negativas face a igual período do ano anterior: “vestuário e calçado” (-2,0%), “lazer, recreação e cultura” (-1,3%) e “transportes” (-0,9%).

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, na região e no país, ao aumento homólogo real das entradas de bens de consumo (com origem em mercados intracomunitários), ao aumento homólogo das receitas de cinema,

0,5%

foi a taxa de inflação homóloga regional

31,1%

foi o crescimento homólogo real das receitas de cinema

dos levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático. A evolução destes indicadores aponta para uma recuperação gradual do consumo privado.

À semelhança do trimestre anterior, apenas as variáveis relativas ao crédito para consumo continuaram a apresentar evoluções desfavoráveis. Na região, os empréstimos concedidos para consumo e outros fins registaram uma variação homóloga real de -3,5%. O peso do crédito para consumo vencido na região situou-se nos 13,4%, continuando bastante próximo do máximo registado nesta série (13,6%). A nível nacional, neste trimestre, foi atingido um novo máximo histórico: 14,9%.

Quadro 11 – Preços		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013	
		média trimestral							
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	0,7	-0,1	-0,1	-0,5	-0,3	-0,3	0,3	
Centro	v. h. (%)	0,5	-0,2	-0,2	-0,6	-0,3	-0,3	0,1	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	1,9	0,5	0,0	-3,0	-1,8	-1,2	1,7	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	4,6	3,0	2,9	3,3	2,5	3,0	4,1	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,0	0,0	0,2	-0,5	-0,3	0,1	-0,7	
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	0,1	-0,5	1,0	1,3	1,5	1,2	1,9	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,7	1,0	1,3	-0,2	-0,7	-0,2	-0,5	
Saúde	v. h. (%)	0,5	0,5	0,4	0,9	0,5	0,8	1,5	
Transportes	v. h. (%)	-0,9	-3,2	-3,2	-0,4	-0,4	-1,6	-2,9	
Comunicações	v. h. (%)	3,9	2,4	0,1	0,3	1,1	1,1	0,5	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-1,3	-1,8	-1,9	-1,8	-1,3	-1,5	0,0	
Educação	v. h. (%)	0,7	0,7	0,6	0,8	0,8	0,8	1,2	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	0,9	0,9	0,4	0,1	0,2	0,3	1,0	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	0,2	-0,5	-0,6	-0,3	-0,6	-0,5	-0,3	

Quadro 12 – Consumo Privado		2T15	1T15	4T14	3T14	2T14	2014	2013	
		média trimestral							
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	17,7	13,0	9,2	4,6	5,5	7,3	10,4	
Centro	v. h. real (%)	12,7	13,6	-1,6	-3,7	-2,0	1,6	16,3	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	20,9	16,5	5,9	-16,4	2,7	-4,0	-11,7	
Centro	v. h. real (%)	31,1	22,8	5,5	-24,1	0,9	-3,9	-7,6	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	-3,5	-3,4	-4,3	-4,9	-6,4	-8,6	-11,7	
Centro	v. h. real (%)	-3,5	-3,5	-4,7	-5,0	-6,2	-8,8	-12,5	
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	14,9	14,7	14,4	14,1	13,7	14,0	12,7	
Centro	%	13,4	13,3	13,2	13,6	13,4	13,3	12,0	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	0,7	1,6	1,0	3,7	1,6	1,4	0,6	
Centro	v. h. real (%)	0,7	1,6	0,7	3,1	1,4	1,0	-1,3	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	2,5	6,6	0,3	7,7	4,7	3,9	1,6	
Centro	v. h. real (%)	2,0	5,5	-0,6	6,9	5,5	3,6	2,3	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	8,0	9,3	9,4	8,1	6,8	7,2	0,4	
Centro	v. h. real (%)	6,6	7,1	8,3	7,3	6,5	6,5	0,3	

*A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2013 são definitivos, os de 2014 são provisórios e os de 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

**Os dados de 2015 das receitas de cinema são provisórios.

***Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

Até ao junho de 2015, estavam aprovados 6,5 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para cofinanciar projetos com um investimento previsto na região de 10,7 milhões de euros. No Programa Operacional Regional Mais Centro, a aprovação de 4.400 projetos envolvia uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, o que reflete uma gestão do *overbooking*. A taxa de execução do Mais Centro era, nesta data, de 89,3%.

Simultaneamente, foram já apresentadas ao Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 1.136 candidaturas até ao final de junho de 2015. Já abriram até esta data, 22 concursos, envolvendo 625 milhões de euros de fundos comunitários (cerca de 29% da dotação total, que é de 2.155 milhões de euros).

89,3%

foi a taxa de execução do Mais Centro no final de junho de 2015

1.136

candidaturas apresentadas nos primeiros concursos do Centro 2020

No período de programação 2007-2013, foram principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguraram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão. O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas (Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território), concretizadas pelos Programas Operacionais Temáticos respetivos (PO PH, PO FC e PO VT); pelos sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as regiões autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

No final do primeiro semestre de 2015, estavam aprovados 6,5 milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, que alavancavam um investimento na Região Centro de 10,7 milhões de euros.

Os programas do QREN que concentram o maior valor de fundos comunitários aprovados no Centro continuam a ser o Mais Centro e o PO PH (27,9% e 32,4%, respetivamente do total de fundos QREN aprovados na região). Já relativamente ao peso que os projetos regionais assumem no total das aprovações nacionais de fundos comunitários, em cada um dos programas operacionais, tem-se destacado, de forma sistemática, o PO FC (36,4% do total de FEDER aprovado no país no PO FC respeita a projetos na Região Centro).

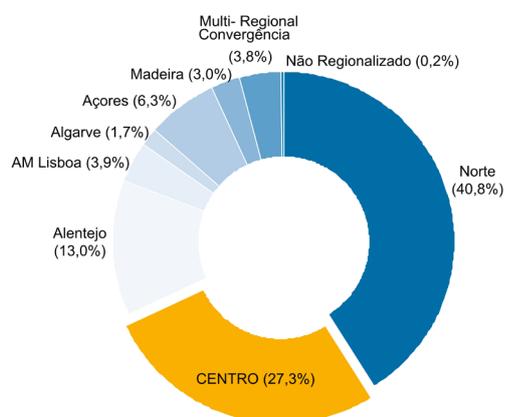
Relativamente apenas ao Programa Operacional Regional - Mais Centro, estavam aprovadas 4.400 operações com um investimento total estimado de 2,7 mil milhões de euros e uma comparticipação de fundo comunitário FEDER de 1,8 mil milhões de euros. Nesta fase final do período de programação, o compromisso é mais elevado do que a dotação disponível (1.696,6 milhões de euros), implicando uma gestão do *overbooking*.

Quadro 13 – O QREN no Centro (até 30 de junho de 2015)		QREN (total)	CENTRO			
			Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas						
Investimento (custo) total	milhões €	10.694	2.710	2.850	3.553	1.580
	% do total nacional	27,3	20,8	29,7	37,2	23,1
Investimento (custo) elegível	milhões €	9.618	2.307	2.850	3.084	1.377
	% do total nacional	27,5	20,4	29,7	36,8	24,8
Fundo comunitário	milhões €	6.468	1.805	2.098	1.443	1.122
	% do QREN (total) da região	100,0	27,9	32,4	22,3	17,3
	% do total nacional	27,3	22,5	30,1	36,4	24,2

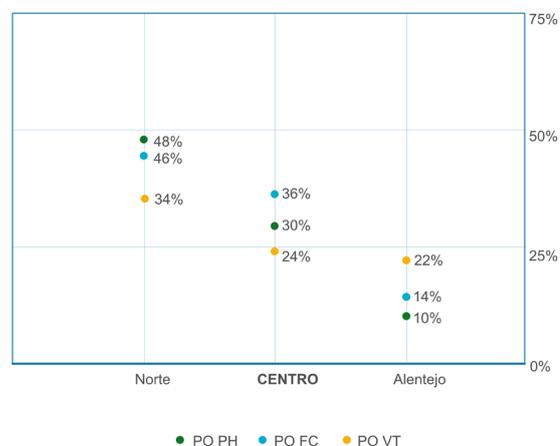
O Centro tem-se mantido sempre como a segunda região a beneficiar mais dos vários instrumentos financeiros do QREN, concentrando 27,3% do valor de despesa validada de fundos comunitários FEDER, Fundo de Coesão e Fundo Social Europeu no país.

Entre as três regiões de convergência, o Centro mantém-se com níveis de absorção de despesa validada mais elevados do que o Alentejo mas inferiores aos do Norte no que respeita aos programas operacionais temáticos. No conjunto, estas três regiões de convergência do Continente concentravam grande parte da despesa validada de fundos comunitários (89% no PO PH, 95% no PO FC e 80% no PO VT).

Distribuição dos fundos comunitários executados por região
(30 de junho de 2015)



Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários executados pelos Programas Operacionais Temáticos
(30 de junho de 2015)



À data de 30 de junho de 2015, à semelhança dos restantes programas operacionais do QREN, os níveis de aprovações do Mais Centro (1.804,7 milhões de euros) são superiores ao valor total de fundo comunitário FEDER programado para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas (1.696,6 milhões de euros), o que significa

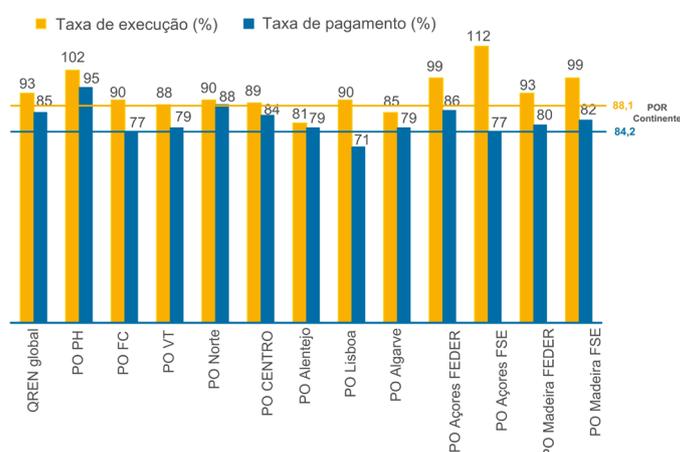
uma gestão de *overbooking*, tal como já foi referido. Esta situação implica uma taxa de compromisso superior a 100% (mais concretamente 106,4%) dado que se prevê que haja descomprometimento de FEDER não utilizado em algumas operações que ainda decorrem e que alguns projetos são encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, libertando verbas de fundo comunitário suficientes para todas as aprovações.

Estando a terminar o período de programação do QREN, o foco está totalmente na execução dos projetos. Estão validados 1.515,4 milhões de euros de despesa de FEDER, o que corresponde a uma taxa de execução de 89,3%. Desde o final de 2009 que a taxa de execução do Mais Centro se mantém acima da registada, em termos médios, pelos diferentes PO regionais do Continente e inferior à média do QREN (88,8% e 93,4%, respetivamente, no final do primeiro semestre de 2015). Face ao final de junho de 2014, a taxa de execução do programa regional aumentou 14,5 p.p., o que se deveu a um crescimento da despesa validada de 245,3 milhões de euros

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1.514,3 milhões de euros, sendo assim inferior à despesa já validada, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 83,9% e numa taxa de reembolso (relação entre o FEDER pago e o FEDER validado) próxima de 100% (99,9%).

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		jun-15	mar-15	dez-14	set-14	jun-14
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	1.920,5	1.841,0	1.774,7	1.677,7	1.611,0
Fundo comunitário	milhões €	1.515,4	1.452,8	1.400,6	1.320,6	1.270,1
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1.514,3	1.450,7	1.412,6	1.348,8	1.306,0
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	106,4	106,5	106,6	105,0	105,5
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	89,3	85,6	82,6	77,8	74,9
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	84,0	80,4	77,4	74,2	70,9
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	83,9	80,3	78,1	75,7	72,9
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	99,9	99,9	100,9	102,1	102,8

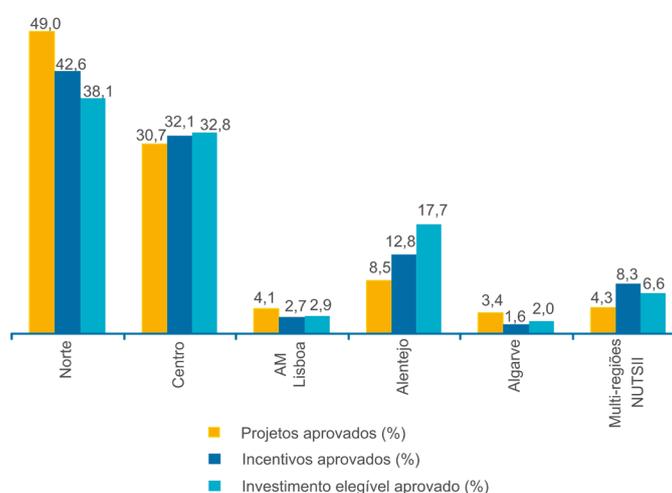
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(30 de junho de 2015)



Os Sistemas de Incentivos têm sido os instrumentos financeiros do QREN destinados ao apoio às empresas. Ao longo do período de programação deste quadro comunitário, a Região Centro tem evidenciado um desempenho muito favorável na Agenda Temática da Competitividade e, nomeadamente, no que respeita aos Sistemas de Incentivos.

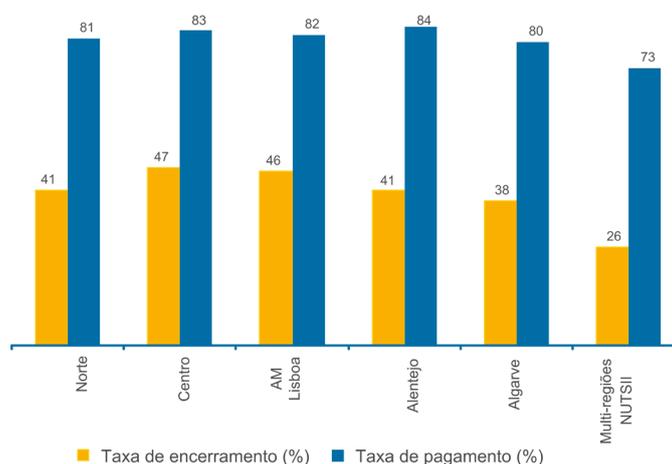
Até ao final do primeiro semestre de 2015, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.224 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 1,3 mil milhões de euros e um investimento elegível previsto de 2,9 mil milhões de euros, no âmbito do Mais Centro e do PO FC. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 32,1% do total de incentivos aprovados e 32,8% do total de investimento elegível.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (30 de junho de 2015)



Todos os projetos aprovados nos sistemas de incentivos, na Região Centro, se encontravam nesta data contratados (3.224), embora destes apenas 1.397 estavam encerrados. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 47% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) de 83%, refletindo ainda assim, o melhor desempenho regional em termos de encerramentos.

Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade (30 de junho de 2015)



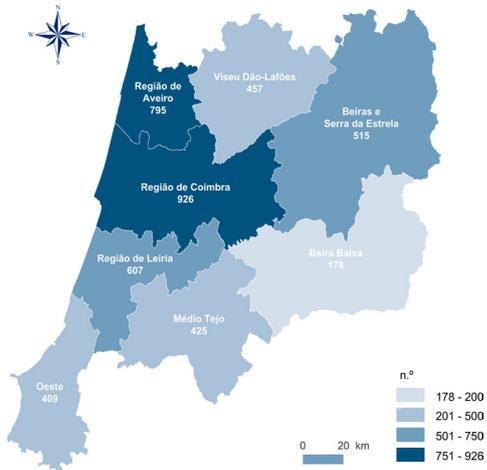
Relativamente aos apoios às micro e pequenas empresas através dos Sistemas de Incentivos apenas do Mais Centro, estavam aprovados 2.157 projetos empresariais na região, que se traduziam em 583,8 milhões de euros de investimento elegível, 366,0 milhões de euros de incentivos aprovados e 269,8 milhões de euros de execução de fundo comunitário. A taxa de execução dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro (fundo/incentivo contratado) era de 74% (2 p.p. abaixo da taxa de execução do total dos sistemas de incentivos do país).

Em termos de realização, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 1.891 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 443 são novas empresas/start-up e 183 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

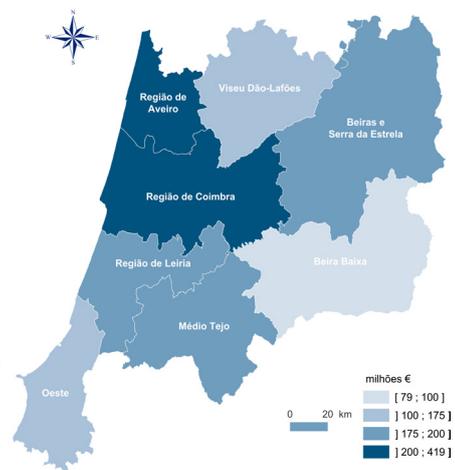
Em 2013 foi ainda disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade para apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego: Programa Valorizar - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). No final de junho de 2015, estavam aprovados 244 projetos na Região Centro. Dada a natureza desta tipologia de projetos, os investimentos envolvidos são reduzidos, estando aprovados cerca de 5,7 milhões de euros de investimento elegível e 4,4 milhões de euros de FEDER.

No que respeita à distribuição sub-regional do FEDER na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, verifica-se que os maiores valores de aprovações e de despesa validada se registam nas Comunidades Intermunicipais (CIM) Região de Coimbra e Região de Aveiro. Já quanto à capacidade de executar os projetos, avaliada pela taxa de realização, ou seja pelo peso que a despesa validada tem no total de FEDER aprovado, os maiores valores registavam-se nas CIM Beiras e Serra da Estrela e Viseu Dão-Lafões.

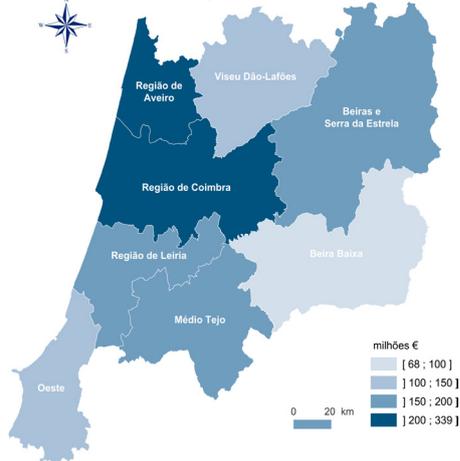
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2015)



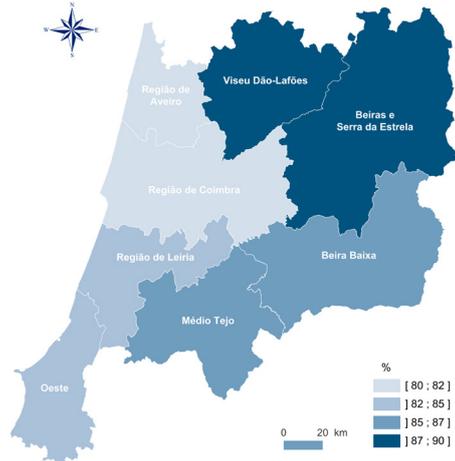
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas
no âmbito do Mais Centro (30 de junho de 2015)



Despesa validada de fundo comunitário no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2015)



Taxa de realização no âmbito do Mais Centro
(30 de junho de 2015)



O ano de 2015 tem a particularidade de coexistirem dois quadros de programação de apoios comunitários: o QREN e o Portugal 2020. Se até aqui apenas o QREN tem sido objeto de análise, nos próximos trimestres irão ser também apresentados alguns números acerca da aplicação do Portugal 2020, preferencialmente na Região Centro. Para além do Programa Operacional Regional Centro 2020, os promotores da região poderão candidatar-se a apoios comunitários nos quatro Programas Operacionais Temáticos bem como ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) e ao Programa Operacional para os assuntos do MAR (FEAMP).

Dada a inexistência ainda de informação regionalizada para todos os programas, vão ser destacados apenas os primeiros resultados do Centro 2020.

Os primeiros concursos do Portugal 2020 abriram ainda em 2014, mais concretamente em novembro e foram relativos às estratégias integradas de desenvolvimento territorial (EIDT) e às estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC). Foram já abertos 216 concursos, dos quais 22 envolvem o Centro 2020. Nestas duas dezenas de concursos, o Programa Operacional Regional do Centro já colocou a concurso 625 milhões de euros, o que corresponde a 29% do total da sua dotação (que é de 2.155 milhões de euros repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). À data de 30 de junho encontravam-se em aberto dez concursos e 272 milhões de euros de fundos comunitários.

Até ao final de junho de 2015, foram apresentadas 1.136 candidaturas, com uma previsão de investimento de 381,2 milhões de euros, o que traduz um investimento médio por candidatura de 336 mil euros. No entanto, nessa data não havia ainda decisões relativamente às aprovações.

O volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial, no domínio da competitividade e internacionalização. É ainda de destacar o volume de fundos comunitários que foram disponibilizados para as estratégias territoriais, como é o caso dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial – PDCT.

Monitorização do Centro 2020 (valores acumulados)		junho 2015
Dotação de fundo		
Total	mil €	2.155.031
% PO regionais do Continente		27,7
FEDER	mil €	1.751.514
% PO regionais do Continente		27,8
FSE	mil €	403.517
% PO regionais do Continente		27,3
Concursos/períodos de candidatura		
Total	número	22
Fundo comunitário	mil €	625.000
% da dotação de fundo		29,0
Em aberto	número	10
Fundo comunitário	mil €	272.000
Candidaturas apresentadas		
Total	número	1.136
Investimento total previsto	mil €	381.162

FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
- Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Comissão Técnica de Coordenação do QREN

- Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 26 e 27

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia n.º 1

Autoridade de Gestão do Mais Centro

Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2015 foi recolhida até ao dia 14 de setembro de 2015.

